

O perigo de uma linguística única

The danger of a single view on linguistics

El peligro de la lingüística unica

Gabriel Nascimento¹

 0000-0002-7695-9264

RESUMO: Este ensaio deriva de uma fala realizada durante o VI *Language Week and I International Symposium on Language Teacher Education*, realizado entre 24 a 26 de setembro de 2024 em várias cidades da Bahia, organizados pelo Programa de Formação de Professores de Línguas. Ao discutir o perigo de uma linguística única, pretendo discorrer sobre o perigo da psicogenia nos estudos da linguagem, isto é, a agenda evolucionária que sustenta o racismo de pé. Para isso, proponho repensar o papel de uma diversidade que, nos estudos da linguagem, precisa surgir desde as bases, as vozes insurgentes, essas que, durante muito tempo, foram apenas participantes de pesquisa dos estudos linguísticos, sem papel protagonista.

PALAVRAS-CHAVE: Psicogenia; linguística única; racismo.

ABSTRACT: This paper results from a talk during the VI Language Week and the I International Symposium on Language Teacher Education that took place between 24-26 September 2024 in many cities of the State of Bahia, Brazil, organised by the Language Teacher Education Program. Aiming to discuss the danger of a single view on linguistics, I seek to explore psychogenic principles in language studies, the evolutionary agenda that holds racism. Thus, I seek to rethink the role of diversity in linguistics, from insurgent voices, these voices that for a long time served as only participants, with no central role undertaken.

KEYWORDS: Psychogenic principle; single linguistics; racism.

RESUMEN: Este ensayo se origina a partir de una ponencia presentada durante la VI Semana de las Lenguas y el I Simposio Internacional sobre la Formación de Profesores de Lenguas, realizados entre el 24 y el 26 de septiembre de 2024 en varias ciudades de Bahía, organizados por el Programa de Formación de Profesores de Lenguas. Al discutir el peligro de una lingüística única, pretendo reflexionar sobre el riesgo de la psicogenia en los estudios del lenguaje, es decir, la agenda evolutiva que sustenta el racismo. Para ello, propongo repensar el papel de una diversidad que, en los estudios del lenguaje, debe surgir desde las bases, desde las voces insurgentes, aquellas que, durante mucho tiempo, fueron solo

¹ Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia, além de atuar como professor visitante da Pennsylvania State University, Estados Unidos. E-mail: gabriel@ufsb.edu.br

participantes de investigaciones lingüísticas, sin un papel protagónico.

PALABRAS CLAVE: Psicogenia; lingüística única; racismo.

Introdução

O título deste ensaio – O perigo de uma linguística única – é propositalmente influenciado pelo famoso discurso de TED da escritora Igbo Chimamanda Adichie², mesmo que eu saiba dos muitos riscos de vários reducionismos desse uso. Primeiro porque, ao eleger, em seu discurso, o perigo de uma história única, a romancista não estava pensando numa área, como eu estou aqui.

É lógico que não existe uma linguística única. Mesmo quando acreditamos que a linguística se torna única, estamos refletindo, como linguistas, estudiosos do campo das linguagens, como meros espectadores ou curiosos, a própria história linguística ocidental. Aí está o perigo de uma linguística única. O mesmo perigo que descende de uma História universal, em que branco e homem foram fundidos como uma só coisa.

Devíamos então propor, para bom início de conversa, que esta conversa é sobre o perigo de uma história linguística única. Voltemos, por exemplo, a Fedro, para entendermos a relação entre autonomia e linguagem, fiquemos presos às famílias linguísticas do alemão August Schleicher, ou à ciência-modelo experimental racionalista de Saussure, ou ao homem racional ao centro de Chomsky, ou mesmo a perspectivas funcionalistas, sociointeracionistas, inclusive aquelas que buscam apagar com supostos preconceitos históricos entre negros dos Estados Unidos (vide a sociolinguística quantitativa): todas elas têm o humano no centro.

E qual humano? O branco. Este é o dilema fundamental das linguísticas, dos campos da linguística, de como se faz linguística. Se a pesquisa é uma comunidade negra, a fim de tentar extrair sua fidedignidade, começamos a elaborar teses sobre essas comunidades sem ao menos interagir com elas. Começamos o descritivismo como algo frio, olhamos para os sujeitos somente como fontes para confirmar ou refutar nossas teses.

² Veja o discurso na íntegra aqui em: (Chimamanda [...], 2012).

O objetivo deste ensaio, longe de audacioso, é apenas circunscrever o debate de uma linguística única, contrastando a ideia dos grandes intérpretes dessa área no Brasil, a própria ideia de existirem *grandes intérpretes*, no que faço inspirado por uma agenda ontoepistêmica, isto é, epistemicamente e ontologicamente marcado, em que se desloca a ideia de humano – branco – do centro, e, com ele, uma visão de língua oriunda de uma agenda evolucionária que, até aqui, configura *uma linguística única* ignorando como saberes linguísticos ou repertórios vêm se dando desde as margens.

O humano no centro

O humano no centro não chega a ser uma novidade no chamado senso crítico de muitos linguistas. Muitos dos quais se formaram numa tradição sociointeracionista vygotskiana ou bakhtiniana, em que o humano ao centro seria questionado. Esse humano puramente ocidental e europeu.

Surge um problema quando essa abordagem se defronta com a preocupação que a linguística, mesmo essa realizada por linguistas críticos, têm com o humano. É, portanto, uma linguística humanocêntrica.

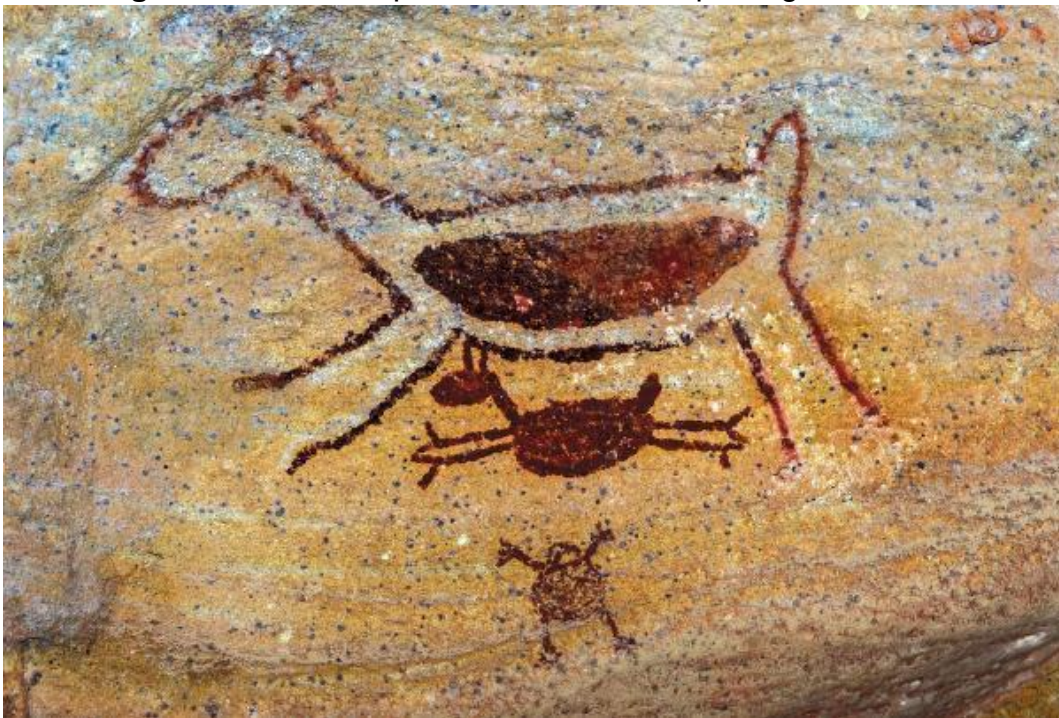
Esse raciocentrismo humanocêntrico, que frequentemente tem sido chamado de etnocentrismo, ou eurocentrismo, não é só sobre o europeu ou uma etnia. É sobre a invenção do humano. Fanon (2008), nos alerta sobre isso ao contradizer a chamada psicogenia, propondo, no lugar, uma sociogenia. Para ele, ao inventar o humano, o europeu se inventa como única categoria humana, criando o humanismo como régua para tudo e todos. Criando uma perspectiva de evolução psicogênica, num princípio em que toda a história se baseia na psicogenia do homem branco.

Não se trata de rejeitar totalmente o humanismo. Conforme defende Wynter (2001), trata-se de construir um humanismo radical baseado na sociogenia, ou seja, na própria história social construída pelos sujeitos. É preciso contrapor os discursos de evolução humana, um fundamento ideológico do humanismo europeu, que coloca o branco como ponto-zero do mundo (Castro-Gómez, 2007). Esses discursos são sintetizados por Fanon (2008) como a psicogenia pela qual a agenda evolucionária

ocidental tem dividido os que pensam dos que não pensam, os humanos dos animais, os brancos dos não-brancos. Nessa agenda, nos debruçamos na ontogenia para justificar a filogenia, e vice-versa.

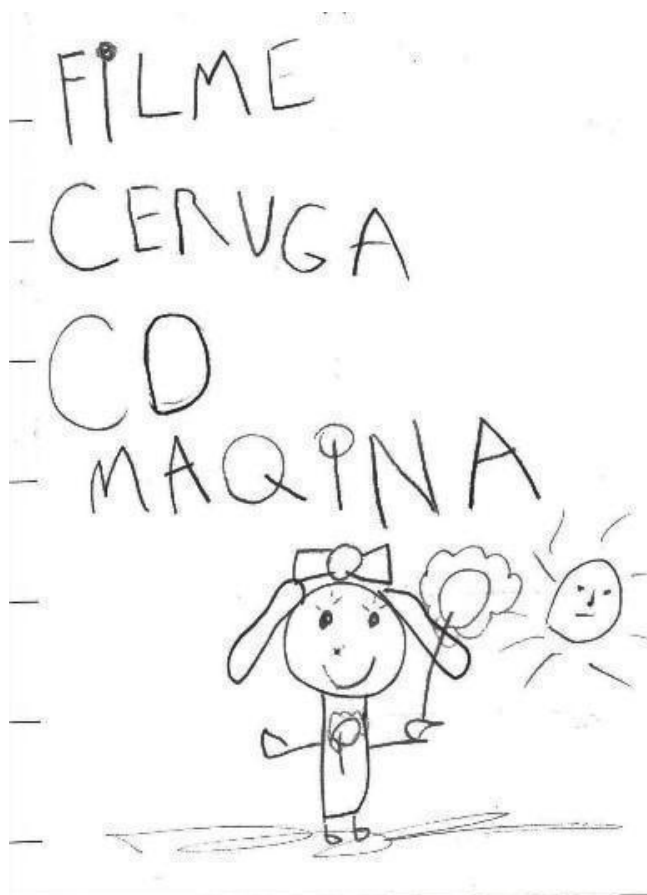
Vamos a alguns exemplos para ilustrar isso. Quando damos aula de teorias linguísticas, especialmente sobre patologias da linguagem, exemplificamos a evolução da história da escrita de uma criança (ontogenia) à luz da evolução da história da escrita da humanidade (filogenia), e vice-versa. O problema disso é que hierarquizamos formas de escrita, pressupondo que a escrita alfabética é um traço evolutivo e de progresso, que se desenvolveu, sobretudo, na Europa, ao passo que o ato de desenhar é um fenômeno do mundo primitivo, este situado no mundo antigo africano e asiático.

Figura 1 - Pintura rupestre de um sítio arqueológico no Piauí



Fonte: Amend (2024).

Figura 2 - Exemplo da escrita de uma criança em processo de alfabetização



Fonte: Carvalho (2019).

Nas figuras 1 e 2 teríamos um bom retrato deste debate. Na segunda imagem temos o processo evolutivo da escrita de uma criança, em que os desenhos são de uma fase inicial escolar e, com o processo de alfabetização, isto é, de evolução, a criança começa a usar letras como representação gráfica única aceita e um traço evolutivo. Ao lado esquerdo, isso está representado no passado, quando a humanidade não tinha uma escrita alfabética, e as coisas eram representadas em pinturas nas paredes de caverna através de desenho.

Isso, supostamente, posiciona a fonografia como superior à iconografia ou à pictografia, demonstrando um esquema evolutivo facilmente explicável pela psicogenia, isto é, pela superioridade europeia como a de um povo que evoluiu dessas formas, construindo uma cultura de escrita alfabética racional, ao passado

que as demais escritas não são reconhecidas como modelos representacionais válidos. Assim, a psicogenia linguística cria as árvores linguísticas em um modelo hierárquico de línguas que possuem sintaxe versus línguas supostamente mais pobres, com foco no modelo de nomeação, tendo, como centro, o sintagma nominal.

DeGraff (2019), ao defender o legado de Chomsky, aponta que um dos grandes pontos positivos da chamada Gramática Universal é que ela desarticula a visão de que há línguas com mais recursos do que outras, criando, com isso, uma hierarquização. O famoso pressuposto de Chomsky, hoje muito combatido, de recursividade, embora raciocêntrico, é um elemento que, ao ser um princípio presente na maior parte das línguas humanas, não permite distinções de superioridade entre elas. É inegável que esse é um bom debate. Entretanto, mesmo de maneira análoga a uma homogeneidade, essa defesa estrategicamente quebra as pernas da linguística europeia e todo o seu construto cognitivista.

Outra agenda evolucionária que fica nua diante de um exame de suas razões expressamente psicogenéticas é a dos estudos de criouliização. Me espanta, principalmente, a quantidade de estudos de campo em países não brancos, revelando, logo de início, uma postura branca missionária. Em segundo lugar, o caráter de contaminação parece ser uma das razões coloniais para essas pesquisas. O processo de criouliização, ao invés de lido pela performance de criação verbal, é lido através de línguas em contato que contaminam umas às outras com razões explicativas girando em torno de superstrato versus substratos, em que línguas menores e com menos sintaxe seriam, por fim, colonizadas por línguas com sintaxe e com construções linguísticas mais sofisticadas. Mufwene (2001) contrasta essa visão psicogenética ao ver a criouliização como um processo social e não estrutural, ou seja, essa visão de contaminação oriunda de linguistas que veem negros contaminando as línguas brancas obedece a uma psicogenia racista.

No caso do chamado Português brasileiro, as pesquisas vão na mesma direção. A maioria dos linguistas interessados nas contribuições africanas ao português brasileiro (Castro, 2016; Guy, 1981; Lucchesi, 2009; Naro; Scherre, 2007), vê esses fenômenos à luz de um pretense português padrão. Embora haja muitas discordâncias entre eles (Dante Lucchesi discorda de Anthony Naro e Marta

Scherre, por exemplo), o descritivismo desses autores advém de um suposto português padrão (como ponto de partida para analisar a linguagem negra como desvio ou variação), levando alguns (Anthony Naro e Marta Scherre entre eles) a defender a ideia de uma transmissão linguística irregular. A ideia não é absurda, mas, transparece a proposta de que os portugueses, que chegaram em caravelas e naus, dominavam um português padrão nas suas devidas normas de referências locais. Muitos dos quais, dentre os escolhidos para a ocupação a partir de 1530, eram degredados e criminosos (Bueno, 2016) que, obviamente, não faziam parte dos circuitos letrados de Lisboa.

É Mufwene (2001), mais uma vez, quem nos lembra que se trata de uma ilusão acharmos que esses primeiros colonizadores dominavam uma suposta norma padrão. Aqui encontramos de novo a visão estritamente cognitivista que justifica um padrão de onde partimos em muitos campos dos estudos da linguagem. O próprio Silva Neto (1970), idolatrado por muitos desses autores (inclusive poupado pelo próprio Dante Luchesi) admite que africanos de origem angolana podem ter chegado ao Brasil dominando algo da língua portuguesa, uma vez que a invasão portuguesa em Angola teria começado por volta da década de 80 do século XV, portanto, aproximadamente 20 anos antes da invasão colonial no Brasil.

Todos esses fatos nos levam ao objetivo de propor uma agenda sociogenética na linguística, em que as histórias locais e os fenômenos de cada tempo-espço justifiquem as mudanças linguísticas, e não uma linearidade baseada nas línguas europeias como ponto de partida.

Um exemplo desse debate foi o questionamento de Marcos Bagno a meu livro “Título a ser inserido após avaliação”, em relação à referência que eu fazia ao trabalho de Lélia González. Para ele, os exemplos de Lélia González (1988) para se referir a um Pretuguês, isto é, um português negro ou com contribuições africanas, não eram bons porque se referiam a fatos linguísticos existentes em diversas línguas, inclusive europeias, o que não justificaria a evidência de que aqueles fenômenos linguísticos confirmassem o Pretuguês. Por exemplo, González cita [framengo], com um rotacismo conhecido entre nós, como evidência do Pretuguês. Para ele, à época, esse fenômeno está presente em diversas línguas, inclusive na

passagem do latim para o português (vejamos que, no latim, o termo era *sclavu* e, na língua portuguesa, passou a ser *escravo*, sendo que o mesmo se deu com diversas palavras, como *blancu/ branco* etc.).

O argumento parece justo, mas guarda um problema. Não existem fenômenos universais sem que a ocorrência local resulte de um processo social, em que as mudanças linguísticas ocorram por causa da presença marcante dos indivíduos, dos fatores semiótico-linguísticos e discursivos de um povo naquele tempo-espço etc. Isso se deu no Brasil. Os africanos influenciaram diversos fatores linguísticos, alguns análogos a outras mudanças linguísticas mundo afora, mas isso se deu por fatores sociais, e não puramente linguísticos. Como nenhum fator é puramente linguístico, as evidências de influências devem ser lidas a partir dos grupos que influenciam, e não da ocorrência rara, exótica ou individualizada de cada fator. Esse é o ponto chave que Lélia González usa para analisar que esse evento, [framengo] no lugar de [flamengo], embora seja um fenômeno sociolinguístico presente em outras formas de mudança linguística mundo afora, aqui é influenciado pela comunidade negra e, por isso, é uma forma de Pretuguês.

Ou seja, quando desconsideramos os fatores sociais, corremos o risco de olhar línguas como sistemas lineares. Assim, o que evidencia o Pretuguês não é o fenômeno linguístico exclusivo de cada comunidade, mas a comunidade linguística negra (ou, melhor dizendo, comunidades linguísticas), suas histórias e seus usos, contribuindo para a mudança sociolinguística no português, inclusive na retomada de fenômenos linguísticos existentes em outras línguas e comunidades.

Entender que cada comunidade linguística tenha que produzir fenômenos exclusivos a ela nos leva a uma psicogenia linguística que olha o negro como exótico, dissimilado etc. Esses olhares também levaram a linguística a se especializar, não no negro comum que produz aspectos linguísticos no dia a dia, mas na busca por lugares exóticos, para esses linguistas, como Cafundó e Tabatinga. Vejamos que aqui, mais uma vez, procura-se algo bem distante do que se entende de padrão do português para se evidenciar uma linguagem negra. Porém, é crucial verificar em Castro (2016), a ideia de que as influências africanas no português já estão muito disseminadas que já estão incorporadas no uso da maioria

dos brasileiros, até mesmo por pessoas brancas (ad.i.vo.ga.do., em que a presença do i se difere dos usos em Portugal, é uma influência das línguas Bantu e é falada em todo o território nacional, inclusive por pessoas brancas).

Ao propor uma sociogenia linguística, me direciono à possibilidade um novo humanismo radical (Wynter, 2001), em que a história das línguas não se torne a história da superioridade de certas línguas das quais partimos para analisar o que entendemos e o que não entendemos por língua.

O lócus de enunciação dessa linguística única

O conceito de lócus de enunciação nos serve aqui, porque parte de lugares distintos. Primeiro, da problematização do que é a linguagem em interação a partir de atos irrepetíveis ou únicos na relação entre linguagem e pessoas do discurso (Benveniste, 1976), da responsividade do ato dialógico de produzir fala (Bakhtin, 1993), ou seja, da forma como o sujeito produz sua corporeidade, sua vida a partir da e na linguagem, respondendo, performando ou negociando valores. Para isso, o termo enunciação nos possibilita imaginar como cada experiência vivida se dá na linguagem. O termo lócus de enunciação passou a ser mais aceito a partir da obra de Mignolo (2012), em que o autor - lendo a forma como autores do chamado espaço fronteiriço, imposto pela colonização atuam - propôs uma forma de ler esse espaço fronteiriço a partir de cada lugar onde a enunciação se dá, isto é, o lócus de enunciação. Tudo isso nos leva à geopolítica das línguas, de como são organizadas.

Inicialmente, é preciso dizer que não importa o que falamos sobre línguas, mas com quem falamos, com quem persistimos em falar. Em conclusão: como falamos. O principal lugar de partida não são nossas teorias, nossas epistemologias fabricadas em um diâmetro oposto à realidade do povo, mas justamente a partir dessa interação. Assim, se uma pergunta nos satisfaz para boa continuidade da provocação neste debate, o que teria vindo primeiro, a língua ou a comunidade linguística?

Eu fiz essa pergunta durante um curso de pós-graduação, com estudantes quase todos com estudos aprimoradíssimos de sintaxe ou análise do discurso, e me

espantou que respondessem com tanta rapidez que é a comunidade linguística que veio antes. Isso porque, como não é raro na maioria dos nossos trabalhos, eles falavam apenas sobre língua, língua, língua, um desesperado assunto para satisfazer nosso ego intelectual. Um ego pouco ontológico.

Falamos de língua de um lugar pouco ontológico, porque estivemos sempre habituados a uma linguística sem sujeitos participantes, senão marcados em terceira pessoa, com muitas teses deterministas, psicogenéticas, evolucionistas. De novo aqui o homem, o homem branco, no centro.

Vejamos como as pessoas negras, ao falar numa reportagem da Globo, sofrem zombaria, num risonho escárnio daqueles que supostamente “sabem falar”; ou isso ou são supostamente vistas como negros agressivos, em seus palavrões e modos do dia a dia, bem como são grotescamente lidas como a caricatura de um Brasil antigo.

Sim, o negro ainda é lido como antigo neste país (veja o problema axiológico proposto por Moura, 2021), como um elemento do passado, de um passado de onde se tenta ainda escapar.

Mesmo com a guinada sociocultural sustentada pelas cotas nas universidades, nada disso mudou na linguística. Tudo não parece passar do exótico na língua, do Cafundó, aquela comunidade do interior de São Paulo (Vogt; Fry, 1996), vista exoticamente em sua dissimilação, de onde se tenta tirar uma regularidade “estranha”.

Esse tem sido o jeito de discutir o negro na linguística brasileira. A pessoa negra é reduzida à crioulação ou à interlíngua como um construto intermediário oriundo da forma como esse ser contaminou o português padrão. Raramente essa crioulação é pensada dentro de duas comunidades brancas na idade média europeia, não é mesmo? Em geral, as teorias sobre crioulação são absolutamente hegemonizadas por brancos acadêmicos que, tomados por processos de tolerância, miscigenação e condescendência brancas, veem o negro de fora para dentro.

Quase sempre essas dimensões estão aprisionadas à hierarquização das línguas, este um componente do lócus de enunciação dessa linguística única. A visão pujante de uma língua com sintaxe (dentro de um paradigma de língua

analítica) versus diversas línguas com corpo, que se organizam fora dessas lógicas, seja kimbundu ou konkani, nos mostra que esse locus de enunciação é permeado de racismo linguístico e de racismo na linguística.

Racismo linguístico e racismo na linguística

É por isso que, só hoje, eu respondo a uma outra provocação, essa nas redes sociais, feita pelo linguista Marcos Bagno que, ao ler meu trabalho de jovem linguista falando de racismo linguístico, quando resolveu um dia comentar em meu perfil, decidindo: “Você fala de racismo linguístico e eu falo de racismo na linguística”.

Não posso dizer que isso foi a primeira provocação ou a única a respeito desse trabalho. Apesar de as teorias não terem “donos”, anos depois fui interpelado por outro linguista, este de nome Dante Lucchesi, durante a gravação de um documentário, reivindicando autoridade sobre o tema. Ambos os casos são risíveis porque produzidos por linguistas brancos, que parecem super sérios, mas preocupados com sua missão de continuar mantendo seu lugar de fala de autoridade acadêmica. Ao invés de, com sua história, questionar o próprio locus de enunciação.

No caso desse caso específico, não custa lembrar que não necessariamente deixamos de citar os autores porque lemos suas obras e não queremos dar o devido reconhecimento. Muitas vezes não lemos. Por exemplo, eu não li o linguista em questão antes do meu trabalho e, ao lê-lo, descobri que suas perspectivas giravam em torno da ideia de diversidade no campo da sociolinguística, pensamento provavelmente oriundo das décadas de contribuição do seu trabalho à área. Também não posso acusar o linguista norte-americano Paul V. Kroskrity (2020, 2021) de não fazer a devida menção ao meu trabalho ou pressupor que leu o meu trabalho e não me citou.

Tudo que mais importa é resolvermos sobre teorias dentro de nossas próprias discussões teóricas, e não a respeito da vaidade de assumirmos uma suposta teoria como nossa. Assim, é possível ver a diferença, as limitações e as possibilidades de cada um dos nossos trabalhos. Assim, Bagno (2008), Lucchesi (2011), o meu

(Nascimento, 2019), ou Kroskrity (2020, 2021) trazemos recortes radicalmente diferentes. Enquanto os dois primeiros estão super preocupados com a chamada tolerância linguística, eu e Kroskrity nos posicionamos mais em direção a campos eminentemente políticos como a sociologia da linguagem e a antropologia linguística, questionando a própria natureza da linguagem, sua ontologia e epistemologia.

Resta um segundo questionamento, este advindo da provocação de que o que eu discuto é apenas racismo linguístico e não racismo na linguística, esse segundo aspecto já tendo um dono. Aquilo me pegou por anos. Eu basicamente não sabia por que aquilo me incomodava tanto. Só agora consigo responder.

O racismo na linguística como oriundo da redução sociolinguística

O racismo tem dessas coisas. Ele cala nossa boca primeiro moralmente, destruindo, com isso, nossa capacidade de conversar com a nossa história de forma memorialista, de forma a compreender nossas contradições. Eu não me dobrei, mas não consigo contradizer essa ideia de propriedade, de grandes intérpretes, de semideuses.

Vivemos basicamente de semideuses. E a linguística brasileira herdou isso do racismo científico plantado aqui por estudiosos eurocêntricos, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré. Esses estudiosos simplesmente conseguiram superar o tema do negro sem ouvir o negro. Eis que, décadas antes desses intelectuais, a discussão abertamente racista figurava entre como eliminar o elemento negro do Brasil ou se o mulato seria um avanço da raça ou um degenerado.

Décadas depois, esses intelectuais aqui citados, simplesmente ignoraram todos os temas sobre os negros, todo esse fantasma do racismo, de décadas antes, para se dedicar ao tema universal da desigualdade, de uma desigualdade sem identidade, uma metáfora acadêmica. Daí a ideia de que intelectual gosta de pobre.

Alberto Guerreiro Ramos (1954) se insurgiu contra esses intelectuais e passou a combater a ideia de falar do negro como tema, o que ele chamou de

negro-tema. O oposto de negro-tema, para ele, é o negro-vida, uma força motora própria da pessoa negra, que não se deixa fotografar, reduzir ou encapsular. Ramos (1996) nomeou de redução sociológica o ato das ciências sociais de tratar o negro apenas como um tema, esse objetificado. Com base em Ramos (1996), e em meus trabalhos anteriores (Nascimento, 2020), tenho chamado a redução do negro no campo da linguística de redução sociolinguística.

A redução sociolinguística pode ser compreendida como o racismo na linguística, este um ato de reduzir o negro a um objeto de estudo desidentificado, fixado como um dado frio. A linguística única conforme conhecemos vem daí. Ela se assenta em nossas desigualdades plurais, reduzidas a uma homogeneidade acadêmica que as desidentifica, ignorando as vozes negras em suas manifestações históricas.

Os negros, que sofriam há séculos com chibatadas, enquanto produziam uma verdadeira africanização do português brasileiro, foram reduzidos ao debate econômico de classe social, de democracia racial no campo da linguística. Discursos como “você são excluídos por serem pobres, não por serem negros” não são incomuns no eixo Rio-São Paulo. Essa ideologia institui a hipótese de uma homogeneidade, como se a pobreza no Brasil tivesse sido como a pobreza na Europa.

Daí surgiram teses verdadeiramente problemáticas, como a de Florestan Fernandes (2008), para quem a ascensão do negro na sociedade de classes explicaria a diminuição do racismo, tese que mais tarde causou, nele próprio, um arrependimento necessário (Fernandes, 1989). A Era Lula foi uma boa resposta a essa tese. Nunca se elevou tanto os negros ao patamar de trabalhadores assalariados com uma carteira legítima de trabalho, mas isso não apagou o racismo.

Ao contrário. Ricardo Augusto, meu sobrinho, preto e trabalhador, morador do bairro Maria Pinheiro, em Itabuna, pode confirmar o que eu digo. Mesmo fugindo da fome, uma parte da nossa história familiar, do envolvimento com a criminalidade, por termos morado a vida inteira na periferia, isso não impediu que ele fosse abordado violentamente pela polícia racista, bem como isso não impediu que, quando eu tenha começado a deixar meu cabelo crescer, numa tentativa de lembrar meus

antepassados, de eu quase morrer assassinado em 2011.

O que eu estou propondo aqui não é o retorno à perspectiva sócio-histórica marxista, também enraizada na matriz desses sociolinguistas do eixo sudeste/sul. Como nos alertam muitos dos teóricos latino-americanos congregados por meio de teorias decoloniais (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007), vivemos uma matriz desenvolvimentista colonial. Lá nas décadas de 60 em diante, quando intelectuais latino-americanos, a maioria do Brasil, integravam a CEPAL, como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, ou Maria da Conceição Tavares, a principal questão deles era como o capitalismo brasileiro deveria passar pelos mesmos estágios do capitalismo mundial, isto é, do capitalismo europeu e norte-americano, para que o país se transformasse de fato. Numa conta que não fecha, esse pensamento não só influenciou o pensamento social brasileiro pós-Vargas, como se tornou a cartilha da Era Lula.

A matriz da linguística, desta da qual tratamos nesta crítica pública, é desenvolvimentista. Seu racismo vem daí. Nossos principais linguistas brasileiros acreditam piamente num *fantasminha camarada* chamado democratização da norma culta ou democratização da cultura letrada.

O assimilacionismo da linguística e o mito da democratização da cultura letrada

É isso o que estou concebendo como lócus de enunciação. Esse “fantasminha camarada” é materializado na ideia de evangelizar o povo de cima para baixo, de dizer ao povo, especialmente ao negro, que ser cidadão é se adaptar, é se assimilar, é ser no mundo branco. É o tal intuito de democratizar a cultura letrada.

Esse objetivo ganhou força nos últimos anos com uma sociolinguística variacionista e quantitativista que influenciou a chamada pedagogia da variação. Com ela, linguistas fortemente influenciados por supostas dicotomias (rural/urbano) e/ou categorias fixas (sexo, idade, raça etc.), ver Severo e Gorski (2023), para uma crítica mais apurada disso, passaram a defender uma educação linguística de cima para baixo como Bagno e Rangel (2005) fizeram, ou uma pedagogia da variação

motivada por uma suposta necessidade de democratização da cultura letrada (ver Faraco (2008); Zilles e Faraco (2015); Faraco e Zilles (2017)).

Essa pedagogia tem figurado como uma forma de assimilar o negro à cultura do branco, e não necessariamente democratizar o que quer que seja. Quando falamos de escola, e nos centramos apenas nos letramentos produzidos por essa escola como forma de democratização, ignoramos os chamados letramentos de base (Blommaert, 2008), ou letramentos de reexistência (Souza, 2011), sendo aqueles produzidos desde fora das escolas, nas periferias ou lugares de maioria negra, por exemplo, e passamos a insinuar que essas pessoas precisam ser aceitas (isto é, toleradas) pela cultura branca letrada, ao passo que o preço a ser pago é elas se assimilarem linguisticamente. Flores e Rosa (2015) corretamente criticam essa abordagem na sociolinguística ao enfrentarem o que eles chamam de cultura da adequação linguística. Segundo eles, a educação linguística passa a ensinar ao sujeito medidas aditivas (aprenda uma variante a mais para você se assimilar e ter acesso) ou subtrativas (você precisa aprender a falar direito para ter acesso) ao invés de questionar as estruturas pelas quais os sujeitos são oprimidos. Esses autores denominam esse processo de uma abordagem raciolinguística.

Isso é extremamente forte enquanto postura na chamada Pedagogia da variação, em que se pretende democratizar o letramento ao invés de garantir que ele seja questionado. Esse tal letramento é extremamente ideológico. Foi o que propus em Nascimento (2023), ao enfrentar o debate iniciado em rede social por uma crítica de literatura que, ao tecer duras críticas a uma nova edição da obra da escritora Carolina Maria de Jesus, pela Companhia das Letras, indicou que a obra tinha inadequações gramaticais. Note-se que o nome inadequação tem sido usado no lugar de incorreção. Porém, não adianta aos linguistas (e outros estudiosos da linguagem) substituir gramáticos normativistas apenas trocando seis por meia dúzia, gato por lebre, incorreção por inadequação. Tudo não passa do mesmo jeito de usar descritivismo para normatizar, de instituir que o negro precisa se adaptar, ao invés de combater de fato a desigualdade racial.

As armadilhas desde nós – o caso do Movimento Negro Educador

Eu sempre me pego pensando que o movimento negro educador é uma fascinante armadilha do/ao negro brasileiro. Gomes (2017) nos ensina que o Movimento Negro é um grande professor de nossa comunidade, é um educador. Os saberes produzidos pelos movimentos negros produziram em nós mudanças sociais profundas. Isso é inegável.

Por outro lado, as lutas dos povos negros por estudar nos fazem voltar a diversas tentativas de ocupação da escola com nosso corpo e significado político. Queríamos sempre estudar, porque descendemos de culturas africanas intelectuais pujantes, mas, para o branco, isso pode representar que estudar é querer ser igual a eles, é se assimilar, ou seja, se preocupar com seus problemas, com suas crises, com seus reducionismos de fala.

Isso guarda para nossa comunidade um paradoxo. Ao mesmo tempo em que queremos ter acesso à escola (como herança do movimento negro educador), sabemos que essa escola precisa mudar para que lá estejamos. Esse é o básico. É a escola que precisa mudar.

Muitas pessoas negras se tornaram normativistas a partir desses pressupostos crueis de que é preciso que nos adaptemos. No mundo colonial esses sujeitos recebiam até uma nomeação vinda do colonizador, o apelido de ladinos *versus* aqueles que seriam chamados de boçais, pessoas que não são assimiladas, inclusive linguisticamente. A minha mãe, por exemplo, era uma mulher preta que nunca foi à escola e dominava muito a norma de referência branca do português. Do ponto de vista dela, e da maioria das pessoas negras, por extensão, esse se “assimilar” é estratégico e se difere da tentativa do branco de assimilar a pessoa a fim de que ela seja mantida sob controle.

Também podemos interpretar, dessa forma, o movimento negro educador. Tendo em vista as lutas históricas pelo espaço na universidade, é imprescindível olhar para as lutas por ações afirmativas, não como um modo de assimilação como o do branco buscando com que pessoas negras se assimilem, mas um espaço estratégico.

Uma provável armadilha “desde nós”, isto é, desde a comunidade negra, é confundir a estratégia de “ocupar” os lugares dessa cultura letrada branca sem a impor mudanças, sem a implodir. Esta não é uma conversa confortável e ela não se encerra aqui, mas nos traz enormes responsabilidades nesses espaços, e um deles é justamente não se confundir com o poder branco, buscando corroborá-lo.

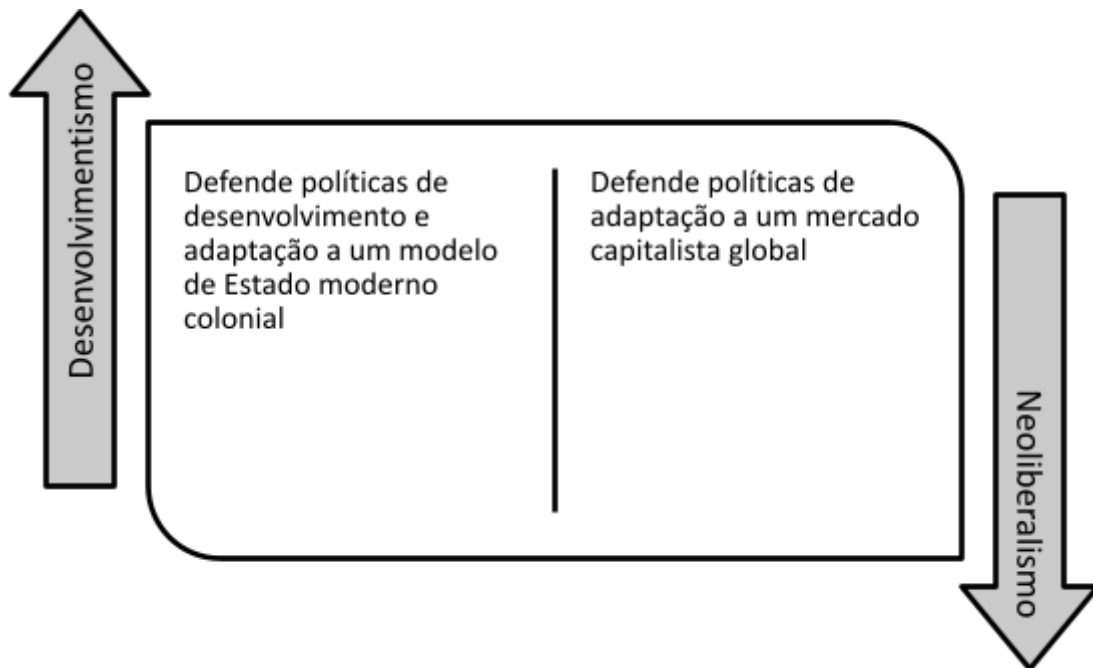
Em conclusão, a “armadilha” jamais poderia ser o movimento negro educador, mas sim como temos usado suas conquistas históricas e o que estamos fazendo com elas, não nos sendo condizente o uso de lutas históricas negras para fortalecer as visões brancas de letramento e cultura escrita por si.

O problema da visão de déficit e competências básicas

Muito temos falado de competências básicas. Em diversos programas de curso, planos de aula, defendemos que há competências básicas e indicamos que as pessoas precisam fazer jus àquelas exigências para serem aceitas, para se assimilar.

O problema com competências é que elas surgem num momento histórico em que o desenvolvimentismo, esse oriundo da tentativa da América Latina de se adaptar ao modelo de modernidade europeia, se expande no meio político de esquerda, e o neoliberalismo, uma tentativa da América Latina de se adaptar ao ultra capitalismo global agressivo e cruel, se estabelece nos círculos da direita, e, no caso dos primeiros governos democráticos e populares, ambos se encontram, se juntam, se unem. Vejamos como proponho no modelo a seguir:

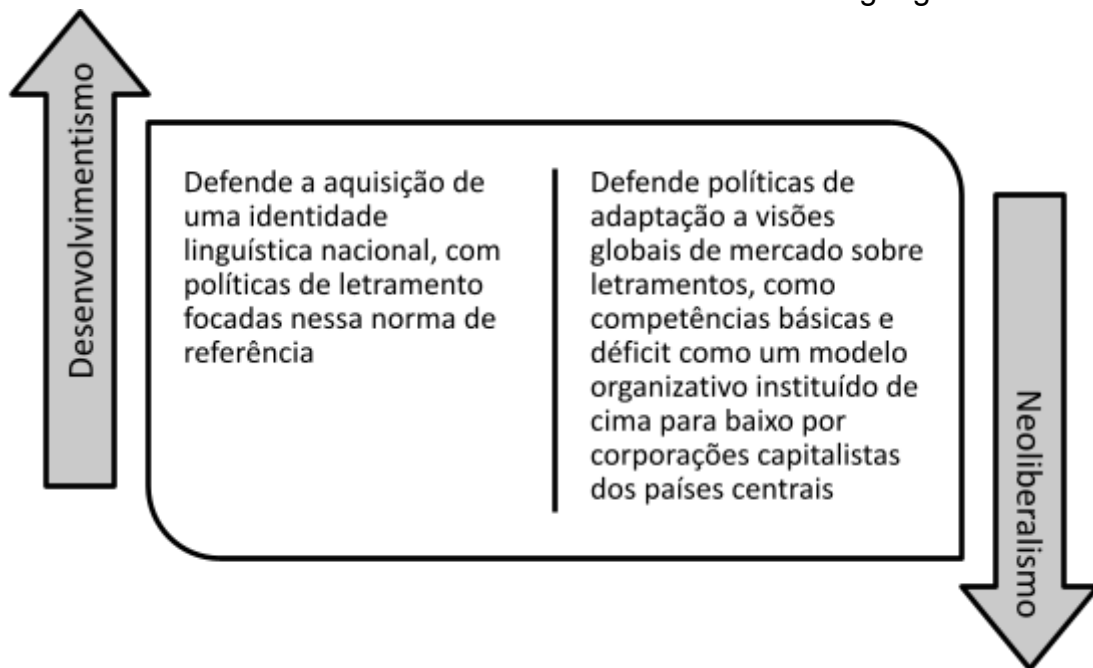
Figura 3 - Esquema de relação de similaridade e diferença entre desenvolvimentismo e neoliberalismo



Fonte: Arquivo pessoal.

Enquanto o desenvolvimentismo urge um rumo a políticas de adaptação a um Estado moderno-colonial, este defendido por intelectuais como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, ou Maria da Conceição Tavares, o neoliberalismo busca substituir esse desenvolvimentismo rumo a uma adaptação pura e crua a um suposto mercado comum capitalista global. Como forma de diferenciação, enquanto o desenvolvimentismo supostamente respeita as condições de produção local, o neoliberalismo invoca uma suposta competência global. Porém, em relação aos letramentos, podemos definir esse esquema da seguinte forma:

Figura 4 - Esquema de relação de similaridade e diferença entre desenvolvimentismo e neoliberalismo no tocante à linguagem.



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao contrário da Figura 2, o esquema na Figura 3 expõe mais semelhanças do que diferenças em relação às políticas da linguagem. Algumas abordagens linguísticas defendem a busca por uma identidade nacional a partir de ideologias monoglóssicas. O debate sobre português brasileiro é uma boa metáfora para essa discussão. Em que pese essa defesa pareça legitimamente conduzida para nos diferenciar do português europeu, ela reconhece uma homogeneidade (unidade) nesses falares numa posição de monolinguismo ou monoglossia. Tudo parece ser variação do português padrão, e não falares linguísticos que não necessariamente precisam ser rotulados ou como língua ou como variantes.

Assim age o analista enquanto linguista. Ele analisa as soluções mágicas para as pessoas baseadas na sua submissão ao Estado capitalista com a difusão de políticas neoliberais, como a ideia de competências básicas e de déficit. Quando nós, linguistas, saímos da ideia de déficit e competência, e começamos a pensar em criatividade e imanência ontológica da linguagem sendo produzida, ficamos mais livres para pensar sobre a riqueza da linguagem oral (Schneuwly; Dolz, 2004), não apenas como um gênero cuja representação gráfica escrita fonocêntrica seja usada

como ponto de partida, mas a própria oralidade seja utilizada como um suporte de onde surgem formas de picturalidade (Calvet, 2011), de tecnologias ancestrais de criação (a diferença entre o griot e outras formas de sábio em Hampaté Bâ (2010) etc.

A matriz desenvolvimentista da linguística, no Brasil, tem circulado em torno dos mesmos problemas desde a era Vargas, como a proposta de uma língua nacional e suas limitações, nomes etc (ver Nascimento e Windle (2021). Do outro lado, a matriz neoliberal, que também tem raiz colonial, vendeu a ideia de letramento a partir da ideia de competências básicas e déficit como processos metacognitivos, quase sempre estudados ou referidos a populações negras.

Quando falamos em déficit, pressupomos que há um padrão, de linguagem, discurso, competência e desempenho, implicitamente ou explicitamente tomado como padrão. Pior ainda. É possível que a visão de déficit ainda esteja ligada à ideia de patologia e incapacidade crônica como construto originado no mundo colonial. Mais do que uma linguística única, estamos falando de uma linguística colonial.

Por uma conclusão: Linguística colonial *versus* cidadania linguística decolonial

O termo linguística colonial (Errington, 2001; Makoni *et al.*, 2020) se refere às formas como essa linguística, da qual aqui tratamos, resulta das formas de imposição colonial europeia nas ex-colônias.

Para isso, é inegável que nossa visão de língua e nossa agenda resultam da invasão colonial (Makoni; Pennycook, 2007), em que o que conhecemos por língua é uma invenção, isto é, um regime metalinguístico do qual sempre falamos sem nos desligarmos de suas influências diretamente coloniais, como o fato de girarmos em torno de línguas europeias como modelos organizacionais.

A linguística que aqui criticamos é inegavelmente colonial. Para tanto, defendemos que as visões de língua e sujeito possam ser inspiradas das próprias bases sociais onde os sujeitos estão instalados como falantes das línguas, e não de suposições abstratas da área.

Isso implica no que Christopher Stroud desde os anos 2000 (Stroud, 2001) nomeia como cidadania linguística, isto é, um conjunto de possibilidades desde as bases em que as vozes emergentes sejam mais do que ouvidas, mas levadas em conta por noções de língua, multilinguismo e plurilinguismo, em que o *ethos* plurilíngue dos sujeitos seja valorizado (Kubchandani, 1998).

Somente a partir de uma cidadania linguística decolonial poderemos superar os próprios aprisionamentos metodológicos e epistemológicos onde estamos umbilicalmente conectados de modo a avançar numa educação linguística que não leve em conta a necessidade de treinar sujeitos para o mercado, mas para desafiar o mercado, não para se adaptar ao mundo do trabalho, mas propor a partir dele novas agendas, novas figuras, novas formas de encantamento político. Esse é um caminho possível para combatermos a ideia de uma linguística única, o perigo de sua existência como modelo autoritário.

Longe de receitas, quis com este texto revisitar alguns elementos e agendas linguística brasileira para dar continuidade ao debate que eu e Joel Windle (Nascimento; Windle, 2021) começamos a respeito da branquitude não marcada da linguística brasileira, aqui explorada como uma linguística única ou uma linguística colonial.

No futuro talvez seja possível, a partir de maior distanciamento, a análise de como esses elementos aqui descritos contribuem para dirimir os perigos de uma matriz desenvolvimentista colonial e uma matriz neoliberal em nosso trabalho e na agenda que representamos.

Referências

AMEND, M. Rock paintings on an archeological site at Serra da Capivara National Park, Brazil. *Shutterstock*, New York, 2024. Available at: <https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/rock-paintings-on-archeological-site-sera-325712147>. Access in: 11 mar. 2025.

BAGNO, M. O racismo linguístico do Brasil. *Portal Geledés*, 18 set. 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-lingueistico-do-brasil/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BAGNO, M.; RANGEL, E. de O. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista*

Brasileira De Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 63–81, 2005.

BAKHTIN, M. M. *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Editora-Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BLOMMAERT, J. *Grassroots literacies: writing, identity and voice in Central Africa*. London: Routledge, 2008

BUENO, E. *Traficantes, naufragos e degredados*. Rio de Janeiro: Estação, 2016.

CALVET, L. *Tradição oral e tradição escrita*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CARVALHO, A. C. Leitura e escrita na educação infantil com sentido e significado. *Diversa*, [São Paulo], 5 set. 2019. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/alfabetizacao-na-educacao-infantil/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CASTRO, Y. P. de. Marcas de africania no português brasileiro: o legado negroafricano nas américas. Ano 11, v. 24, p. 11-24, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/5398>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, S. Descolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHIMAMANDA Adichie: O perigo da história única. [S. l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (18 min 49 s). Publicado pelo canal Bruno Alves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DEGRAFF, M. *Remarks on Noam*. London: Noam Chomsky, Universal Grammar, and universal liberation through linguistics and education, 2019. Disponível em: <https://remarksonnoam.mitpress.mit.edu/pub/g58bdora/release/2>.

ERRINGTON, J. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 30, p. 19–39, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3069207>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. S. *Para conhecer norma linguística*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017. v. 1.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

FLORES, F.; ROSA, J. Undoing appropriateness: raciolinguistic ideologies and language diversity in education. *Harvard Educational Review*, Cambridge, v. 85, n. 2, p. 149-171, 2015. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.17763/0017-8055.85.2.149>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GUY, G. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. 1981. Dissertation (Master's degree in Linguistics) - University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1981. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303992042_LINGUISTIC_VARIATION_IN_BRAZILIAN_PORTUGUESE_ASPECTS_OF_THE_PHONOLOGY_SYNTAX_AND_LANGUAGE_HISTORY. Acesso em: 10 fev. 2025.

HAMPATÉ BÂ, A. Tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (ed.). *História geral da África I: metodologia e pré-história da África*. Brasília, DF: MEC: Unesco, 2010. cap. 8, p. 167-212. (Coleção História Geral da África da UNESCO, v. 1). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>. Acesso em: 10 fev. 2025.

KROSKRITY, P. V. Covert linguistic racisms and the (re-)production of white supremacy. *J. Linguistic Anthropology*, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 180-193, Aug. 2021. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/jola.12307>. Acesso em: 10 fev. 2025.

KROSKRITY, P. V. Theorizing linguistic racisms from a language ideological perspective. In: ALIM, H. S.; REYES, A.; KROSKRITY, P. V. (ed.). *The Oxford Handbook of Language and Race*. New York: Oxford University Press, 2020. cap. 4.

KUBCHANDANI, L. Plurilingual ethos: a peep into the sociology of language. *Indian Journal of Applied Linguistics*, [S. l.], v. 24, n. 1 p. 5-37, 1998. Disponível em:

<https://eric.ed.gov/?id=ED431312>. Acesso em: 10 fev. 2025.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; Baxter, A.; RIBEIRO, I. (ed.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009. p. 4-73.

LUCCHESI, D. Racismo linguístico ou ensino democrático e pluralista? A questão do ensino da língua portuguesa no Brasil. *Grial: Revista Galega de Cultura, Vigo*: Revista Galega de Cultura, v. 49, n. 190, p. 86–95, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41445557>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and reconstituting languages. In: MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. p. 137-156.

MAKONI, S. B.; SEVERO, C. G.; ABDELHAY, A. . Colonial linguistics and the invention of language. In: ABDELHAY, A.; MAKONI, S. B.; SEVERO, C. G. (org.). *Language planning and policy ideologies, ethnicities, and semiotic spaces of power*. 1. ed. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2020. v. 1, p. 211-228.

MIGNOLO, W. D. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MOURA, C. *O Negro: de bom escravo a mau cidadão*. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MUFWENE, S. Creolization is a social, not a structural process. In: INEUMANN-HOLZSCHUH, I.; SCHNEIDER, E. W. (org.) *Degrees of Restructuring in Creole Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 65-83.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. *P. Origens do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO, G. O negro-tema na Linguística: rumo a uma descolonização do racismo e do culturalismo racialista nos estudos da linguagem. *Polifonia: Estudos da Linguagem*, Cuiabá, v. 27, n. 46, p. 68-94, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/9560>. Acesso em: 10 fev. 2025.

NASCIMENTO, G. O pretuguês de Carolina Maria de Jesus e o português de Regina Dalcastagne Carta aberta à escritora Conceição Evaristo. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 9332-9341, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2023.e93199>. Acesso em: 10 fev. 2025.

NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento Editorial, 2019. v. 1.

NASCIMENTO, G.; WINDLE, J. The unmarked whiteness of brazilian linguistics: from black-as-theme to black-as-life. *Linguistic Anthropology*, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 283-286,

2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jola.12321>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RAMOS, A. G. O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*, [S. l.], 2 jan./jun, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/OProblemaDoNegroNaSociologiaBrasileira>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SEVERO, C. G.; GORSKI, E. O legado de Fishman e desafios para a sociolinguística brasileira. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 20, n. 4, p. 9028-9042, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/96265>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA NETO, S. da. *História da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

SOUZA, A. L. S. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança, hip hop*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. v. 1.

STROUD, C. African Mother-tongue programmes and the politics of language: linguistic citizenship versus linguistic human rights. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, Abingdon, v. 22, n. 4, p. 339–355, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01434630108666440>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VOGT, C.; FRY, P. *Cafundó, a África no Brasil: linguagem e sociedade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

WYNTER, S. Towards the sociogenic principle: fanon, identity, the puzzle of conscious experience, and what it is like to be 'black'. In: DURAN-COGAN, M.; GOMEZ MORIANA, A. (org.). *National identities and sociopolitical changes in Latin America*. New York: Routledge, 2001. cap. 2, p. 31-66.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Recebido em: 14 nov. 2024.
Aprovado em: 07 jan. 2025.

Revisora de língua portuguesa: Denise Santos
Revisor de língua inglesa: Juliano Brambilla Neri
Revisora de língua espanhola: Beatriz Grenci

